



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação por escrito, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 202X
e-ISSN: 2179-8435

<http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2022.1.40140>

SEÇÃO: ARTIGOS

Juventude e cultura digital: notas de um diário etnográfico

Youth and digital culture: notes from an ethnographic diary

Juventud y cultura digital: notas de un diario etnográfico

Valdeci Reis¹

orcid.org/0000-0001-7171-7218
pedagovaldeci@gmail.com

Recebido em: 14/02/2021.

Aprovado em: 04/06/2021.

Publicado em: 16/09/2022.

Resumo: Estudo etnográfico realizado em uma escola municipal de Florianópolis-SC, durante o biênio 2018-2019. O artigo elege a etnografia educacional como campo de reflexão acadêmica e toma as tecnologias como tema de pesquisa. O objetivo geral do percurso foi compreender de que forma o jovem internauta utiliza as tecnologias ubíquas, bem como as transformações, oportunidades e tensões que essa conexão gera nas sociabilidades juvenis. A partir da longa descrição do lócus observado, o texto elucida possibilidades e desafios para realização de uma etnografia no espaço educacional. Os resultados da pesquisa evidenciam as transformações profundas que as tecnologias ubíquas vêm provocando nos modos de comunicação, produzir e receber informações. Diante de tal panorama, a educação é um elemento essencial para que o jovem infonauta possa desenvolver habilidades de interrogar e desafiar as representações preconceituosas, extremistas, bem como as violências simbólicas tecidas nas redes sociais digitais.

Palavras-chave: etnografia; redes; tecnologia.

Abstract: This is an ethnographic study conducted in a municipal school in Florianópolis-SC, during the 2018-2019 biennium. The adopted framework elects educational ethnography as a field of academic reflection and takes technologies as a research theme. The general objective of the research was to understand how young infonaut use the ubiquitous technologies, as well as the transformations, opportunities and tensions that this connection generates in youth sociability. From the long description of the observed locus, the text elucidates possibilities and challenges of an ethnography in the educational space. The research results show the profound transformations that ubiquitous technologies have been causing in the ways of communicating, producing and receiving information. Faced with such a scenario, education is an essential element for the young infonaut to develop skills to interrogate and challenge prejudiced and extremist representations, as well as the symbolic violence woven into digital social networks.

Keywords: ethnography; networks; technology.

Resumen: Estudio etnográfico realizado en una escuela municipal de Florianópolis-SC, durante el bienio 2018-2019. El artículo elige la etnografía educacional como campo de reflexión académica y toma las tecnologías como tema de investigación. El objetivo general del recorrido fue comprender de que forma el joven internauta utiliza las tecnologías ubíquas, así como las transformaciones, oportunidades y tensiones que esa conexión genera en las sociabilidades juveniles. A partir de la larga descripción del lócus observado, el texto elucida posibilidades y desafíos para realización de una etnografía en el espacio educacional. Los resultados de la investigación evidenciam las transformaciones profundas que las tecnologías ubíquas vienen provocando en los modos de comunicar, producir y recibir informaciones. Delante de tal panorama, la educación es un elemento esencial para que el joven infonauta pueda desarrollar habilidades de interrogar y desafiar las representaciones preconceituosas, extremistas, así como las violencias simbólicas tejidas en las redes sociales digitales.

Palabras clave: etnografía; redes; tecnología.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.

Introdução

Este artigo relata o percurso do etnógrafo durante uma pesquisa no âmbito do doutorado em educação, realizada em uma escola de educação básica na cidade de Florianópolis, Santa Catarina (SC) durante os anos letivos de 2018 e 2019. O pesquisador acompanhou uma professora que estava à frente da execução do projeto interdisciplinar "cidadania digital". Um dos objetivos da ação pedagógica desenvolvida pelos docentes das disciplinas – língua portuguesa, matemática e ciências – era instigar entre os estudantes de nono ano do Ensino Fundamental uma reflexão crítica dos usos das tecnologias da informação e comunicação, bem como das assimetrias de poder com o advento da cultura digital.

O percurso etnográfico é um processo de investigação que se desenrola a partir das inquietações do pesquisador. Desse modo, a utilização de protocolos – entrevistas, diários, registros fotográficos, filmagens – não segue padrões rígidos pré-estabelecidos. Mattos (2011) observa que muitas vezes alguns protocolos precisam ser adaptados de acordo com as especificidades do campo de pesquisa. Ressalta-se que a etnografia vai muito além de uma técnica de pesquisa que simplesmente seleciona informantes, transcreve textos e registra acontecimentos em diários. Foi o que nos ensinou Clifford Geertz (1989, p. 15). Para o antropólogo estadunidense, uma boa etnografia é a que apresenta uma "descrição densa", a mais completa possível do grupo observado.

Em livro mais recente (GEERTZ, 2009, p. 110), ao fazer uma análise das mais de 1.500 páginas dos registros que Malinowski produziu nas ilhas Trobriand, o pesquisador afirma que o antropólogo é *autor, peregrino, mas também cartógrafo*. Um caleidoscópio do lócus observado se forma a partir dos registros no diário do pesquisador, conversas informais com os sujeitos observados, técnicas de entrevistas e grupo focais aplicadas.

As linhas que seguem neste artigo trazem um resumo dos diários do pesquisador escrito

durante as observações realizadas na escola, ao longo do biênio 2018-2019. Quando iniciei os registros, imaginava ser possível anexá-los como apêndice da tese, todavia, ao final do processo em 2019, apenas as notas etnográficas da escola somavam mais de 1.000 páginas. Desse modo, resolvi trazer para esta publicação alguns pontos da observação que permite avançarmos na discussão de como os jovens adolescentes utilizam as tecnologias ubíquas,² bem como alguns elementos que ajudam os pesquisadores interessados nessa perspectiva metodológica, a refletirem sobre os desafios em conduzir uma etnografia nos espaços educativos.

Conforme o texto avança, o leitor irá constatar que o percurso realizado na escola não se trata de uma simples observação, mas o que pode ser caracterizado em pesquisas etnográficas como observação participante. Em alguns momentos planejei junto com a docente de língua portuguesa, houve situações em que foi preciso assumir como professor em sala de aula, também cheguei a alertar a Professora Alexandra³ dos riscos envolvidos na execução de determinada prática pedagógica planejada. Seguindo as pistas de Malinowski (1976), tentei observar tanto as opiniões individuais, que me eram reveladas durante os cafés, ou momentos descontraídos na área de convivência, mas também estava atento as opiniões expostas nos embates que eram travados nas discussões tecidas em sala de aula.

Na constituição da escrita etnográfica, procuro não supervalorizar um determinado protocolo etnográfico. O texto é um mosaico que se forma a partir das observações, conversas informais, entrevistas, análises de documentos da instituição de ensino e das produções realizadas pelos estudantes. Leitor de Howard Becker (1993, p. 76), meu movimento na escola tentava penetrar o enredamento das relações sociais que eram tecidas naquele grupo, tornando desta forma, "difícil para as pessoas observadas fabricarem seu comportamento segundo o que acham o que

² Na ciência da informação, a ubiquidade é entendida como a possibilidade de comunicação e interação a qualquer momento via artefatos tecnológicos (SANTAELLA, 2013).

³ Nome fictício para preservar a identidade da docente.

o pesquisador poderia querer esperar".

Um diário, uma caneta e muitos registros que resolvi estruturar em atos...

O presente tópico é uma espécie de convite ao leitor para uma atividade pedagógica junto com a Professora Alexandra e demais funcionários de uma escola municipal na Ilha de Santa Catarina. Meu objetivo, além de observar as aulas da docente, era compreender de que forma os estudantes utilizavam e interagiam com as tecnologias da informação e comunicação.

Assim, antes de conduzir os leitores à turma de nono ano, é relevante ressaltar que o presente texto considera a etnografia, também, uma forma de escrita. Nestas notas, procuro seguir as pistas do antropólogo Rodrigo Rosistolato (2013) no esforço de aproximação e distanciamento dos sujeitos observados, considerando que tal movimento pode fornecer alguns indicadores para compreensão dos fenômenos complexos que este trabalho se propõe a refletir.

Ato I – Chegando ao campo...

Desde o momento em que optei por tecer uma reflexão sobre juventude e cultura digital no âmbito do doutorado, tinha em mente desenvolver a pesquisa em uma escola da educação básica, da rede estadual, localizada no bairro Rio Tavares, em Florianópolis, SC. Todavia, em meados de 2018, quando me programava para ir a campo, recebi um convite para realizar uma palestra em uma escola municipal no bairro Ribeirão da Ilha.

Para minha surpresa, o público seria estudantes – e não professores. Há mais de uma década, a escola conta com uma rádio escolar, que toca durante os intervalos, sendo que os programas produzidos pelos discentes também ficam disponíveis na web. A professora da sala informatizada – uma das docentes que ajuda coordenar a rádio – tinha conhecimento de alguns projetos de extensão que eu tinha desenvolvido junto à mídia alternativa da cidade.

Era interesse da docente que eu abordasse com os estudantes que participam do projeto rádio escola⁴ as particularidades existentes entre rádio comunitária, escolar e educativa; estrutura e modulação das emissoras de rádio no país; além dos aspectos regulatórios dos meios de comunicação de massa. Não conhecia a escola, muito menos os profissionais que lá trabalhavam. Por estar localizada a 52 km da minha residência, não sabendo como era o trânsito na região, acabei chegando muito antes do horário combinado.

Era uma segunda-feira típica da primavera catarinense: vento sul e garoa intensa. Diante do exposto, quase todos os estudantes que aguardavam o início da aula se concentravam na principal área de convivência coberta da escola. Estava no segundo piso, na porta da sala informatizada, esperando a professora que havia me contatado. De onde estava, tinha uma vista privilegiada da movimentação dos alunos.

Estudantes do Ensino Fundamental II eram visivelmente o maior número. O primeiro fato que despertou minha atenção foi que, enquanto meninos circulavam em grupos de três a cinco adolescentes, quase sempre entretidos com brincadeiras/jogos típicos da cultura açoriana, as meninas, quase em sua totalidade, estavam também em grupos, conversando, mas cada uma manuseando seu celular. Havia apenas dois grupos compostos por meninos e meninas que estava terminando um trabalho relacionado à disciplina de geografia. Entre os estudantes envolvidos com a finalização do trabalho, uns consultavam o caderno, outros o livro didático, mas a grande maioria recorria a sites de buscas em seus *smartphones*.

Meu olhar estava voltado para os fundos da área de convivência. Havia cinco meninas sentadas no chão, algumas lendo e checando as mensagens no aplicativo *WhatsApp*, outras digitando e verificando fotos compartilhadas nas redes sociais. Os meninos eram mais agitados: um grupo treinava o jogo de pião e cordel; outros ensaiavam performance com *ioiô*; alguns corriam

⁴ Atividade pedagógica oferecida no contraturno.

pelo ambiente imitando personagens folclóricos como a Bernunça.⁵ Em outro ponto, quatro garotos ensaiavam performances acrobáticas, de início imaginava que fosse movimentos de uma dança circense, ao longo das minhas observações constataria que na verdade se tratava de movimentos típicos do *break* (dança de rua). O horário do início da aula se aproximava, a agitação aumentava, a chuva intensificava-se.

A professora da sala informatizada chegou e explicou-me que provavelmente todos os alunos que participavam do projeto no período da tarde iriam participar da atividade. Abri meu *laptop*, constatei que o *PowerPoint* que havia preparado para auxiliar minha fala não estava salvo; seria preciso improvisar.

Os alunos começaram a chegar – em torno de 12 estudantes. Discentes do sétimo, oitavo e nono anos. A atividade iniciou. No decorrer da palestra, que era sobre o sistema de radiofusão brasileiro, os alunos conduziram a conversa para outro rumo: trouxeram à tona, as contradições da cultura digital. Exposições nas redes sociais, notícias infundadas disseminadas via aplicativos e crimes virtuais também entraram no debate.

No intervalo, enquanto caminhávamos para a sala dos professores, a docente explicou que alguns dos alunos, que atuam na rádio, estavam também participando do projeto interdisciplinar cidadania digital.⁶ A ação pedagógica tinha o objetivo de sensibilizar os estudantes a refletirem sobre as contradições da cultura digital.

Na sala dos professores, fui apresentado à idealizadora do projeto, a Professora Alexandra. Passamos o intervalo discutindo sobre os desafios da escola diante da popularização do acesso à internet. Expliquei que minha tese de doutorado é sobre essa temática, e que estava procurando um campo para aplicar a pesquisa. A docente demonstrou muito interesse em receber a proposta de investigação, pois vislumbrava nela uma oportunidade para aprender mais sobre esse assunto. Acreditava que é essencial abordar essa temática nos anos finais do ensino fundamental,

mas não tinha muita orientação de como isso deveria ser introduzido no currículo.

O intervalo chegara ao fim, a docente solicitou meu e-mail, disse que me enviaria as instruções – caso eu desejasse aplicar a pesquisa na escola –, pois há um trâmite burocrático que precisa ser formalizado junto à Secretaria Municipal de Educação. Cheguei em casa e constatei que todas as informações detalhadas estavam no meu e-mail. Fiquei refletindo sobre as potencialidades em desenvolver a pesquisa nesse campo até então desconhecido. Na escola do bairro Rio Tavares já havia desenvolvido extensão por dois anos; em certa medida, meu olhar de etnógrafo continha alguns vícios.

Resolvi escrever para a gerência da Secretaria Municipal de Educação e, no dia seguinte, recebi a resposta detalhando todos os documentos que precisava apresentar para que eles pudessem autorizar minha entrada na escola. Uma semana se passou até eu conseguir reunir todos os arquivos com a respectiva assinatura da minha orientadora.

De posse do projeto, junto com todos os anexos e declarações solicitadas pela gerência, protocolei o pedido de autorização para desenvolver a pesquisa neste novo campo, localizado no extremo sul da ilha de Santa Catarina. Na mesma semana recebi o parecer favorável. Os documentos seguiram para o Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEPSH/UDESC), que demonstrou preocupação com eventuais riscos aos sujeitos observados.

Ato II – O rigor nas análises do Comitê de Ética

Inicialmente, o Comitê de Ética da UDESC devolveu o projeto de pesquisa, pois eu não havia previsto os “riscos graduados” que os sujeitos observados poderiam ser expostos. De acordo com a relatora que analisou a proposta da pesquisa, enquanto pesquisador, era meu dever, prever e “explicar como esses riscos seriam minimizados”.

⁵ Personagem típico do folclore catarinense.

⁶ A atividade curricular está ocorrendo em todos os nonos anos do ensino fundamental.

Como os leitores poderão constatar ao ler minha tese de doutorado, a partir de uma cena observada no intervalo do Ensino Fundamental – dois alunos fazendo uma performance de *beatbox*⁷ e *freestyle*⁸ – eu passei a considerar outros elementos que não estavam previstos inicialmente no projeto de pesquisa. Em pesquisas etnográficas, o pesquisador desenvolve um percurso próprio, muitas vezes único, o passo seguinte da pesquisa depende do que o etnógrafo conseguiu observar e relacionar com o seu objeto de pesquisa. No campo, não há como prever antecipadamente as situações inusitadas que o doutorando irá se deparar durante as observações.⁹

Todavia, a Secretaria Municipal de Educação, só aceitaria minha entrada na escola após a aprovação do Comitê de Ética, vencido esta etapa, o projeto seria analisado pela diretora da escola que avaliaria a relevância da proposta para a instituição e, na sequência consultaria os professores, a fim de verificar se eles teriam interesse em me receber em suas respectivas salas de aulas. Eu havia começado o percurso etnográfico de forma "às avessas", os docentes da escola já conheciam a pesquisa e demonstravam muito interesse em receber a proposta de investigação, era preciso, todavia, obter a aprovação do Comitê de Ética.

Em resposta à relatora, argumentei que os supostos "riscos" da pesquisa eram mínimos, talvez houvesse a possibilidade de algum constrangimento e/ou desconforto quanto à participação do observado, ao expor vivências referentes a seu processo de trabalho e atuação em sala de aula, bem como suas percepções sobre como os estudantes usam as redes sociais digitais. O mesmo poderia ocorrer com discentes, talvez ficassem tímidos ao expor as sociabilidades construídas via redes e aplicativos tecnológicos. Com o objetivo de minimizar estes riscos alguns cuidados serão

seguidos: o sigilo de sua identidade será garantido, sendo que em nenhuma hipótese a mesma será revelada, cada sujeito seria identificado por um código/nome que eles escolheriam.

Superado todas essas etapas burocráticas,¹⁰ passei a dialogar com a professora, informando meu interesse em desenvolver a pesquisa na escola. Enfatizei ainda que não era meu objetivo julgar condutas profissionais na sala de aula. E que os resultados da pesquisa trariam benefícios indiretos aos sujeitos participantes ao contribuir para o debate sobre as redes sociais digitais, bem como as sociabilidades juvenis na contemporaneidade, possibilitando o aprimoramento da reflexão crítica sobre a cultura digital na sala de aula.

A professora, por sua vez, acreditava que uma das melhores turmas para desenvolvimento do percurso etnográfico seria uma das três turmas do nono ano, com as quais ela vinha desenvolvendo o projeto interdisciplinar cidadania digital, ação que visa a sensibilizar os estudantes a utilizarem as redes para a transformação social.

A profissional justificou a iniciativa como uma necessidade diante "da popularização das redes sociais. Diariamente recebemos muitas informações via redes sociais que se propagam rapidamente e nos conectam ao mundo. Essas vêm por meio de vídeos, notícias, imagens e invadem as mídias digitais. No entanto, grande parte dessas informações não possui fontes ou quando possui nem sempre são seguras" (Professora Alexandra, informação verbal).¹¹

A docente de língua portuguesa enfatizou ainda que:

a divulgação de mentiras, discurso de ódio e preconceito virou comum no mundo cibernético passando a impressão de que a internet é "terra sem lei", o que não é verdadeiro. Cabe ressaltar que notícias falsas sempre existiram na história da humanidade, mas há quatro causas, que se relacionam e explicam esse novo fenômeno: 1)

⁷ Termo da cultura do *Rap* e do *Hip-Hop*, trata-se de uma performance artística de reproduzir sons de bateria com a voz, boca e nariz (CARMO, 2003).

⁸ Subgênero do *Rap*, trata-se de versos de improviso, onde o jovem expõe a sua visão sob determinado assunto.

⁹ Atualmente no campo das ciências humanas há um amplo debate sobre as especificidades em avaliar as implicações éticas dos projetos de pesquisas formulados pela área. Conferir publicação Ética e pesquisa em Educação: subsídios (ANPEd, 2019).

¹⁰ O Comitê de Ética em Pesquisa da UDESC aprovou o projeto de tese sob o parecer nº 3.055.709.

¹¹ Depoimento da Professora Alexandra concedido ao pesquisador Valdeci Reis durante uma observação em sala de aula, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil, no dia 09 de setembro de 2018.

Descentralização da informação trazida pelas novas tecnologias de comunicação; 2) Ambiente de forte polarização política, que contribui para a difusão de notícias falsas para atingir o inimigo ideológico; 3) Crise de confiança nas instituições tradicionais favorecendo a autonomia das pessoas na busca pelas informações; 4) Fortalecimento de uma visão de mundo que relativiza a verdade, resultado de mudanças socioeconômicas trazidas pela globalização que fragmentaram e flexibilizaram o modo de ver o mundo propiciando um pensamento mais individualista e imediatista (Professora Alexandra, informação verbal).¹²

A profissional me informou que, caso fosse do meu interesse, poderia iniciar a observação na semana seguinte. Combinamos a primeira observação para terça-feira, às 8h30min. Eu ainda não estava familiarizado com o trânsito local, e fiquei muito tempo parado no acesso ao trevo do bairro Rio Tavares. No primeiro dia de observação, cheguei atrasado, a aula já estava rolando, fiquei bem desconfortável diante da situação, e levei um tempo para me situar na sala de aula.

Minha apreensão aumentou ainda mais, quando a professora informou aos alunos que eu estava na sala para assessorar o projeto cidadania digital, levando em consideração minha experiência com mídia, poderia fornecer várias dicas no vídeo que a turma iria produzir como produto final do projeto. Eu não tinha experiência com produção e edição de vídeo, toda minha experiência no campo da mídia está restrita a rádio – educativa, comercial, comunitária. Já desenvolvi as mais diversas funções – produtor, repórter especializado em assuntos educacionais e repórter de rua cobrindo os movimentos sociais – mas os eventuais vídeos, normalmente veiculados nas redes sociais da emissora, eram produzidos e editados por um jornalista especializado na área.

Relativizei e disse que iria aprender juntos com os estudantes. Acomodei-me no canto da sala, observei a turma 91 (nono ano), com aproximadamente 25 alunos. Eram estudantes calmos, envolvidos com a proposta pedagógica que a professora executava. Pelo que pude constatar, estava 'rolando' um debate sobre o episódio

"Queda Livre", da série britânica *Black Mirror* (Netflix). Não consegui compreender se eles haviam assistido ao episódio na escola ou se a professora tinha solicitado como tarefa de casa.

Fiquei a refletir sobre a classificação da série. No Reino Unido foi recomendada para maiores de dezesseis anos. A produção é antológica, cada episódio tem uma narrativa e um roteiro próprio, alguns são mais pesados, outros mais leves, trazendo metáforas muito oportunas para instigar os adolescentes a refletirem sobre privacidade, exposição na internet e discurso de ódio amplificado nas redes. O debate sobre a postura de *Laice* – personagem central do episódio – "rolava" e minha mente tentava remontar a trama do episódio. Haveria alguma cena e/ou conteúdo inadequado para aqueles adolescentes que tinham aproximadamente entre 14 ou 15 anos? Não consegui identificar nenhuma cena que pudesse ser comprometedora.

As argumentações seguiram e me dei conta de que no quadro havia três perguntas norteadoras sobre o episódio. Pensei em anotar em meu diário de campo. Naquele momento, a professora anuncia que a aula continuaria no laboratório de informática, pois os estudantes apresentariam um trabalho que ela havia solicitado nas aulas anteriores. Todos nos dirigimos ao laboratório de informática e eu não consegui anotar as perguntas. O etnógrafo, meio perdido, tentava se situar no campo.

O laboratório de informática é um espaço amplo e arejado, bem equipado, com artefatos tecnológicos aparentemente novos. Acomodados, alguns se empenhavam em fazer os últimos ajustes da apresentação. A grande maioria prestava atenção na exposição da docente, que falava sobre a sociedade do espetáculo que estamos vivenciando. Duas meninas utilizavam o aplicativo WhatsApp, um garoto estava isolado, manuseando seu *smartphone*. Após algum tempo constatei que ele estava jogando em rede, possivelmente com internautas de fora da escola, um jogo de tiros.

¹² Depoimento da Professora Alexandra concedido ao pesquisador Valdeci Reis durante uma observação em sala de aula, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil, no dia 09 de setembro de 2018.

Iniciou a apresentação dos trabalhos, sendo que três equipes conseguiram apresentar. Trata-se de um trabalho em equipe, onde deveria ser elaborado um texto dissertativo e uma apresentação, a partir de uma pergunta norteadora. As equipes que apresentaram tiveram como questões centrais: a) o que é cidadania digital?; b) por que vivemos na sociedade do espetáculo?; e c) qual a diferença entre informação e conhecimento?

A primeira equipe foi a que melhor conseguiu sustentar seus argumentos. As alunas, inicialmente meio tímidas, por ter alguém de fora observando, trouxeram alguns tópicos do Estatuto da Criança e do Adolescente que tipificam infrações cometidas nos ambientes virtuais, bem como alguns casos de crimes virtuais veiculados recentemente na mídia comercial. O segundo grupo fugiu um pouco das questões centrais, talvez eles não tenham compreendido o termo sociedade do espetáculo proposto pela professora ao lançar o trabalho. Os garotos demonstraram muito mais timidez que o grupo anterior. Já a última equipe contribuiu com muitos exemplos e acabou tendo dificuldades em sintetizar os elementos principais das perguntas. Trouxeram muitos exemplos de informações sem fundamento que haviam recebido nas últimas semanas, nos grupos de *WhatsApp* que participam. A aula acabou e a docente informou que na próxima semana a aula iniciaria com a equipe que não conseguira apresentar.

As próximas duas aulas da docente de língua portuguesa que acompanhei naquela manhã foram com outra turma, g2 (nono ano). A aula também seria no laboratório de informática. A turma era bem maior e muito mais agitada.

Os alunos chegaram ao laboratório e começaram a editar as entrevistas que realizaram em duplas. Os estudantes tiveram que entrevistar pessoas da comunidade sobre as percepções dos indivíduos sobre cultura digital. O roteiro da entrevista foi previamente construído em sala de aula sob a orientação das docentes de língua portuguesa e ciências. Pelo que pude constatar,

cada dupla construiu um roteiro próprio. Um dos objetivos das professoras é que essas entrevistas fossem, posteriormente, veiculadas no rádio da escola.

De repente os alunos perceberam que, além da professora de língua portuguesa e da docente de informática, havia no laboratório um ser estranho: eu, etnógrafo. A professora informou que era um colega dela da UDESC que faz doutorado em educação e estava ajudando a escola com alguns "lances" relacionados à mídia. Uma garota teceu o seguinte comentário: "Ele faz doutorado na UDESC? Nossa! Professora, você poderia pelo menos ter nos avisado, né? Assim a gente se preparava". (Aluna A, informação verbal)¹³. Silêncio sepulcral no laboratório. Apresentei-me e tentei relativizar; expliquei que venho assessorando os estudantes que atuam no rádio da escola.

A aula seguiu e tive a sensação de que essa turma era composta pelo dobro de alunos, visivelmente mais agitados. Os alunos tinham muitas dúvidas em como proceder na edição do arquivo. A professora da sala informatizada e eu entramos em ação, ajudamos a esclarecer as dúvidas dos discentes. Tantos acessos ao mesmo tempo na rede fazem com que a velocidade da internet caia drasticamente; alguns softwares, portanto, travam. Por etapas, fomos orientando cada dupla e, aos poucos, a aula avançou.

Seriam duas aulas seguidas, separadas pelo intervalo do lanche. Na sala dos professores todos perceberam que havia uma pessoa diferente na escola, mas imaginavam que fosse um novo professor chegando à unidade. Uma docente me questionou se eu era o novo professor de língua portuguesa. Respondi que sou uma espécie de estagiário e estava acompanhando a Professora Alexandra. A profissional continuou: "Ah, então você está cursando licenciatura em Letras! O que está achando do curso?" Respondi que sou doutorando em educação na UDESC. A cara de espanto da profissional foi visível. Com os olhos arregalados, ela se limitou a dizer: "nossa, que chic!".

¹³ Depoimento da Aluna A concedido ao pesquisador Valdeci Reis durante uma observação em sala de aula, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil, no dia 09 de setembro de 2018.

O café na sala dos professores continuou, vários assuntos vieram à tona: Grêmio Estudantil, Conselho de Classe, Conselho Deliberativo Escolar. A docente que eu venho acompanhando solicitou um momento de atenção de todos. Informou que, junto com outra profissional, era representante dos docentes dos anos finais do ensino fundamental no Conselho Escolar, composto por representantes dos alunos, pais e professores. Informou que na semana anterior ela chamara uma reunião para avaliar a gestão que a diretora escolar vem executando.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis tem uma prática de não indicar pessoas para ocupar a direção das unidades escolares. Os diretores são eleitos pela comunidade escolar: estudantes, pais e professores. A portaria que regulamenta o processo eleitoral prevê que periodicamente a gestão seja avaliada pela comunidade.

A docente resgatou alguns pontos da reunião, destacou que nem todos os profissionais puderam participar e, por isso, ela estava disponibilizando a avaliação que fora sistematizada coletivamente com os docentes que participaram da reunião. Se mais alguém tivesse alguma sugestão, ela iria incorporar ao documento.

Na área de convivência principal da escola ocorre o agito típico do recreio: alunos correm, a rádio toca, servidores entregam o lanche. De volta à sala informatizada, os alunos continuam o processo de edição das entrevistas. A maior parte da sala está envolvida com a atividade proposta. Apenas uma dupla, ao invés de fazer a atividade, está acessando um site de uma loja que comercializa armas. Percebo também que um estudante ficou praticamente toda a aula isolado no canto, manuseando seu *smartphone*. Minha atenção se concentrou nesse aluno; comecei a circular pelo laboratório na tentativa de visualizar o que ele estava acessando em seu dispositivo móvel e constatei que ele estava jogando em rede, possivelmente com internautas fora da escola, um jogo que envolve tiros e armas. Pensei em sentar-me ao lado do estudante e puxar conversa, entender melhor suas motivações pela escolha do jogo, mas uma dupla me chamou: estava com

dúvidas em como manusear o software *audacity*. Esclareci as dúvidas dos alunos e aula acabou. Despedi-me das professoras e combinei de voltar na terça seguinte, pois na segunda não haveria aula, por conta do Dia dos Professores.

Ato III – Diálogos virtuais tecidos no Dia do Professor

No Dia dos Professores não houve aula na escola. Pela manhã, acordei com um grande mal-estar. No fim de semana havia viajado para o interior do Estado e acredito que alguma comida típica da gastronomia catarinense me fizera mal. Escrevi para a professora informando a situação: por conta da indisposição, não conseguiria fazer a observação no dia seguinte.

A docente me respondeu desejando melhoras e aproveitou para tecer algumas reflexões sobre seu planejamento pedagógico para as próximas semanas. Informou-me que, com a turma 91, pretendia produzir um vídeo em que os alunos discutiriam os perigos que rondam a internet. Solicitou minha opinião sobre o roteiro de vídeo que ela estava estruturando.

Respondi à professora ressaltando que desconhecia o quanto ela já trabalhara com seus alunos aspectos relacionados à privacidade da rede. Expliquei que, na minha humilde opinião, para que a atividade de vídeo tivesse êxito, eles precisariam ter amplo domínio sobre o assunto, para que não ficassem intimidados diante da câmera.

Minha narrativa virtual avançou. Expliquei para a professora que, certamente, um dos objetivos dela ao propor o projeto interdisciplinar era instigar os estudantes a refletirem sobre as contradições da era digital. Diante do exposto, julguei essencial provocar os discentes a refletirem sobre o conceito privacidade.

Desde a década de 1950 do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a privacidade como um direito universal. Além do aspecto jurídico, culturalmente a privacidade pode ser refletida como um valor. Ao longo da história da humanidade, cada civilização estabeleceu acordos – valores – para lidar com essa

temática.

Com a disseminação das redes sociais digitais, temos assistido a uma geração que passou a adorar a imagem. Pesquisas recentes, como a realizada por Macedo (2018), tem demonstrado que sobretudo os adolescentes não têm conseguido discernir as fronteiras entre o público e o privado. Destaco ainda que as redes sociais digitais são apenas a ponta do *iceberg* no que se refere à privacidade.

Atualmente, a forma como a internet está estruturada faz com que toda ação estabelecida em rede deixe rastros, que automaticamente se transformarão em dados. O percurso que cada internauta desenvolve na esfera virtual acaba alimentando alguma base de dados; são informações valiosas que permitem a analistas monitorarem comportamentos sociais, preferências, desejos, vulnerabilidades e preferências políticas.

Junto com a minha longa narrativa, envio em anexo a última edição da Revista.Br.¹⁴ Informo que a reportagem de capa está principalmente muito instigante; trata-se da suposta "era da pós-verdade", de como as notícias falsas se propagam na esfera virtual e impactam a vida de comunidades inteiras.

O leitor que se interessar pela temática e ler a tese na integralidade, irá constatar que no momento que o percurso etnográfico sai da escola e passa a observar também esses jovens nas ruas, praças e "quebradas" de Florianópolis. Algumas dessas suposições do pesquisador, que apareceu com muita força na observação escolar – os adolescentes não estão conscientes dos perigos que rondam a internet –, não foram confirmadas, as observações realizadas fora do espaço educacional demonstram que os jovens têm uma maneira muito peculiar de lidar com os dispositivos digitais. A sua história de vida precisa ser contada, publicizada, mostrada na rede em tempo real nas redes sociais digitais. Trata-se de uma forma de mostrar aos seus colegas internautas o drama que eles vivem na periferia, a incompreensão por parte dos familiares, os conflitos vividos na

escola. Todavia, esta forma de interagir com as tecnologias ubíquas, não significa que os jovens não tenham consciência, bem como não reflitam sobre os dilemas da cultura digital. As notas etnográficas que acompanharam os jovens pelos espaços urbanos da cidade evidenciaram que os sujeitos observados nesta pesquisa discutem sobre estes temas e, muitas vezes, as narrativas de vida são transformadas em atitude política. O drama vivenciado na "quebrada" precisa ser exposto, denunciando o descaso das autoridades com essa parcela da população.

A professora ao receber meu *e-mail*, agradeceu pelas sugestões e compartilhou algumas sequências didáticas que pretendia desenvolver com seus alunos, para que estes pudessem refletir sobre o complexo labirinto que se tornou o ciberespaço. Em uma das atividades, representações e colagens sobre as coisas boas e ruins na esfera virtual, a docente pretendia iniciar a discussão apresentando um boato difundido pelos aplicativos nos últimos dias (BECKER, 2018), questionou minha opinião.

Respondi que não conhecia a comunidade, a escola, bem como os alunos. Considerando, no entanto, a polarização política que a sociedade catarinense vive, tive receio de que alguns pais pudessem distorcer a intencionalidade pedagógica da profissional. Selecionei duas cartilhas elaboradas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e anexei ao e-mail uma sobre como combater notícias falsas no período eleitoral, e outra sobre como utilizar a internet com responsabilidade.

Encerrei a minha longa narrativa informando a docente que, diante das assimetrias de poder que estão embutidas nas tecnologias digitais, nosso grande desafio enquanto educadores é conscientizar os estudantes, ou seja, fazê-los refletir sobre o que no senso comum é invisível: algoritmos, bolha digital, *Big Data*, inteligência artificial.

Ato IV – Um país 'Em Transe' e a convulsão social diante da possibilidade de um

¹⁴ Edição 14 – Publicação do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

'Hacker Comunista' alterar o resultado da eleição

Eram 7h50min quando a Rádio Escolar começou a tocar o mais novo som do DJ brasileiro Alok. A docente da sala informatizada já havia compartilhado comigo sua angústia quanto às preferências musicais de seus estudantes. Informou-me a profissional que há anos vem fazendo um trabalho de conscientização quanto às bandas e músicos existentes no município de Florianópolis, todavia os adolescentes não demonstram muito apreço pelos músicos locais.

Nos estudantes que venho observando, constato que o YouTube tem uma grande influência em suas escolhas musicais, sendo a principal ferramenta a que eles recorrem quando querem ouvir música. Com relação às rádios tradicionais, os que ouvem é por conta da influência da família: o pai tem o hábito de acompanhar o jornal da manhã, ou a mãe costuma ouvir um programa específico. Logo, os filhos também acabam ouvindo uma determinada emissora, mas se dependesse apenas dos adolescentes, passariam o dia na plataforma de vídeos.

A aula inicia, a observação é na turma 91 (nono ano). No primeiro período, as últimas quatro equipes apresentam um trabalho que a docente havia solicitado nas semanas anteriores. Em equipes – dois a três estudantes –, deveriam formular um texto dissertativo a partir de uma pergunta norteadora. Nas apresentações que acompanhei esta manhã, as perguntas disparadoras foram: a) qual a origem das tecnologias digitais?; b) podemos compartilhar tudo que recebemos?; c) as *fake news* influenciaram o resultado das eleições americanas em 2016?; d) Qual a diferença entre calúnia, injúria e difamação?

A turma está agitada. Pelo que pude compreender, a partir da fala de alguns alunos, parte dos estudantes da escola organizou um protesto para reivindicar melhorias da gestão escolar. O Corpo diretivo, por sua vez, não recebeu muito bem a mobilização, segundo os relatos que ouvia. Aninha, uma das líderes do protesto, passa a me

relatar os detalhes da manifestação que ocorreu em várias etapas e durou uma semana.

Inicialmente foram confeccionados cartazes e colocados nos murais da escola, mas esses foram arrancados. Diante do fato, se mobilizaram via *WhatsApp*, e no dia seguinte compareceram à escola vestidos de preto; estavam de luto por conta da censura. Como foram ignorados, organizaram outro protesto, mas dessa vez colaram o cartaz em seus corpos. Alguém filmou a manifestação e jogou nas redes sociais distorcendo os fatos. A euforia segue e a Professora Alexandra tenta acalmar os ânimos.

Com os estudantes mais calmos, as apresentações iniciam. As equipes apresentam as linhas gerais dos argumentos desenvolvidos no texto dissertativo. A docente chama atenção de um argumento dúbio que apareceu na equipe que estava discorrendo sobre o surgimento das tecnologias digitais; a forma como a redação foi estruturada sugeria que as urnas eletrônicas estão vulneráveis a ataques cibernéticos. De uma forma geral, a turma reagiu com espanto à observação da docente: "Professora, mas urnas podem ser fraudadas!". Todos os estudantes acreditavam que um *hacker* poderia entrar no sistema do TSE¹⁵ e alterar o resultado da eleição.

A professora segue sua exposição e informa que irá passar a palavra para mim. Tendo em vista que, em várias eleições eu fui convocado para trabalhar como mesário, neste sentido poderia dar um panorama de como ocorre o registro e contabilidade dos votos. Início descrevendo como era o processo eleitoral antes das urnas eletrônicas, sobretudo a complexidade na apuração. Em eleições presidenciais o processo não encerrava antes de uma semana. Tinha situações em que não era possível compreender o número do candidato que o eleitor escrevera na cédula de votação para cargos legislativos (deputado, senador, vereador). Com relação aos cargos majoritários, muitas vezes o X não estava no quadrado, então eram travados embates intermináveis entre os fiscais de partido: anula ou não anula o voto.

¹⁵ Tribunal Superior Eleitoral.

Sobre as eleições na era digital, informo que todas as disputas presidenciais pós-redemocratização contaram com observadores internacionais, pessoas que representam organismos internacionais como ONU¹⁶ e OCDE.¹⁷ Esses analistas acompanham todo o processo, inclusive a campanha eleitoral. Destaco ainda que, em todos os anos de eleição, o TSE disponibiliza publicamente o *software* da urna eletrônica. Nesse período, especialistas em tecnologia da informação tentam acessar e alterar a configuração do sistema. Até o ano de 2018, nenhum especialista em TI obteve êxito.

Ressalto que todas as urnas são auditáveis. O artefato tecnológico conta com oito barreiras físicas e 30 barreiras digitais que inviabilizam ataques de *hackers*, bem como invasão cibernética do voto, mesmo porque em nenhum momento durante a votação a urna eletrônica é conectada à rede mundial de computadores. Vários estudantes (garotos) fazem perguntas de ordem técnica sobre os *softwares* da Justiça Eleitoral, algumas em tom sarcástico:

Mais o software da urna eletrônica não é um código aberto? Então é menos seguro que o software fechado! Em nenhum país do mundo uma eleição acontece mediante um programa desenvolvido por hippies e comunistas [risadas intensas ocorrem na sala]. Os softwares abertos podem ser manipulado a todo instante, qual a razão da justiça manter uma insegurança dessas? (Aluno B, informação verbal).¹⁸

Por ter participado dos treinamentos que o TRE/SC¹⁹ promoveu, tentei contra-argumentar algumas falas. Com relação à política dos *softwares* abertos, ressaltai que isso independe de questões ideológicas. Se analisarmos alguns países que estão no centro do capitalismo europeu, como a Alemanha, por exemplo, todos os órgãos estatais utilizam *softwares* abertos. Há um incentivo para que os cidadãos também optem por esses dispositivos. Um debate acirrado que tem sido travado no parlamento europeu – que

produziu as leis mais avançadas no que se refere à privacidade dos internautas – é que uma auditoria nos *softwares* fechados se torna extremamente complexa, quase impossível, também há muita preocupação sobre o que as corporações, detentoras das licenças dos *softwares* fechados, fazem com os dados captados dos internautas. Ao final da minha exposição, tive a sensação de que grande parte dos estudantes ficou convencida de que as urnas não estão vulneráveis a ataques cibernéticos.

A aula chega ao fim, a professora me questiona se gostaria de analisar a escrita dos alunos. Digo que tenho muito interesse. A professora também compartilha as atividades que eles realizaram sobre a série britânica *Black Mirror* (Netflix). Antes de sair da escola, troco algumas ideias com a professora da sala informatizada sobre produção audiovisual, sendo que estou acompanhando a turma g1 e, dentro de algumas semanas, eles irão começar a roteirização de um vídeo e esperam que eu possa dar alguma contribuição no processo de produção.

Na área de convivência ao lado da escola, o relógio marcava 12h15min. Sentado em um banco de cimento folheando meu diário, fico a refletir sobre os comentários proferidos pelos estudantes, referentes à suposta possibilidade de um *hacker* alterar a contagem dos votos da eleição que aconteceria no domingo seguinte. As indagações dos jovens sobre a confiabilidade dos softwares livres nos fornece um panorama interessante diante da polarização política que vive a sociedade brasileira. É como se estivéssemos vivendo uma versão 2.0 das alegorias roteirizadas por Glauber Rocha em seu clássico de 1967: *Terra em Transe*.

Nesse roteiro, o cineasta inaugura uma nova estética na produção do cinema nacional utilizando, para tanto, acontecimentos reais que faziam parte do cotidiano no Brasil e na América Latina. *Terra em Transe* se passa no país fictício de EL-

¹⁶ Organização das Nações Unidas.

¹⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico.

¹⁸ Depoimento do Aluna B concedido ao pesquisador Valdeci Reis durante uma observação em sala de aula, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil, no dia 22 de outubro de 2018.

¹⁹ Tribunal Regional Eleitoral.

dorado. Na trama, a nação vive uma polarização em torno do líder populista, o Governador Felipe Vieira, e o Senador Porfirio Diaz, representante da extrema direita. No meio da convulsão e da desordem política representada na trama, temos o Jornalista Paulo Martins (protagonista) e Júlio Fuentes, proprietário de um grande grupo de comunicação (Rádio, TV, Jornal) que utiliza esses veículos, que são concessões públicas ao sabor de seus interesses econômicos. Uma das críticas da produção cinematográfica é direcionada à colonização que a mídia promove nas consciências de sua audiência, e explicita também, a relação promíscua entre a elite da sociedade representada (conglomerados econômicos) e os meios de comunicação de massa.

"Poesia e política é demais para um homem", a frase imortalizada pelo protagonista Paulo Martins, que inspirou muitos livros e artigos na literatura brasileira nos últimos cinquenta anos, dá a tônica do trágico enredo que estrutura *Terra em Transe*, uma narrativa desconcertante, típica dos filmes produzidos por Glauber Rocha, explicitando a covardia da esquerda e as articulações de uma direita feroz, que coloca em curso um "alargamento" dos limites do estado de direito para impor os seus ideais autoritários.

As memórias de um poeta desiludido permeiam todo o filme. Ao perceber a falta de coerência da esquerda, o Jornalista Paulo chega a trabalhar na articulação da campanha do candidato de direita. Ao perceber o *modus operandi* de como esse grupo conduziria Eldorado, declama: "Não é mais possível esta festa de medalhas, este feliz aparato de glórias, esta esperança dourada nos planaltos. Não é mais possível esta festa de bandeiras com Guerra e Cristo na mesma posição...".

Quem conseguiu deixar as paixões políticas em segundo plano e acompanhou as múltiplas narrativas que eram difundidas nos grupos do *WhatsApp* na reta final das eleições de 2018, certamente se questionou: o que faz um candidato que não acredita na confiabilidade das instituições, aceitar participar do processo eleitoral? Assim como o personagem Porfirio Diaz, a

nova direita que se articulou no Brasil consegue avançar e impor suas ideias em meio às crises e devaneios que são gestados na sociedade. Ao colocar em dúvida o trabalho de instituições como STF, mídia tradicional, instituições educativas e científicas, um líder político extremista encontra terreno fértil para governar de forma autoritária, ignorando a Carta Magna Federal.

"A ingenuidade da fé... este é um tempo terrível... somos infinitamente, eternamente filho das trevas... filhos do medo... nossas lutas e nossos ideais vendidos a Deus e aos senhores... uma passiva fraqueza digna dos indolentes..." a frase declamada pelo protagonista ao som de Villa-Lobos lamenta a traição de Felipe Vieira as teses estruturantes do partido. Uma tragédia não muito diferente da que vivenciamos em 2018, quando o principal partido de centro-esquerda foi incapaz de fazer qualquer autocritica dos erros cometidos durante a década que esteve no poder, modificou o registro do Plano de Governo no TSE três vezes, a primeira versão defendia uma regulação da mídia, no segundo turno, abandonou a ideia e passou a defender algumas posições do mercado financeiro como, por exemplo, a necessidade de reformar a previdência social. Diante de uma esquerda em colapso, diversos grupos se uniram para formar o que alguns pesquisadores denominam de "nova direita brasileira" (CASIMIRO, 2018; GALLEGO, 2018), uma agremiação de políticos que não têm um projeto homogêneo, trata-se de uma junção de pautas difusas e interesses muitas vezes contraditórios, que demonstra pouco apreço ao estado democrático de direito, bem como à comunidade científica e universitária

Ato V – Privacidade, que entidade estranha é essa?

Neste dia, a professora havia me alertado que dois grandes temas iriam dominar a aula: cidadania e privacidade. Ao analisarmos uma sequência didática desenvolvida em aulas anteriores, cujo objetivo era identificar as percepções que os estudantes tinham da internet, constatamos que as respostas para as perguntas que tratavam dos referidos temas demonstravam que os estudan-

tes não tinham clareza do significado desses dois conceitos. Diante do exposto, a docente me questionou, via e-mail, sobre a possibilidade, de eu abordar alguns tópicos sobre o Marco Civil da Internet. Respondi que sim, não haveria problemas.

A aula inicia com alguns encaminhamentos referentes à produção colaborativa – livro – que a turma está produzindo. Na sequência, a professora retoma o conteúdo relacionado à cidadania digital e informa que o planejamento do dia é avançar sobre a discussão de algumas leis em vigor no país que visam à garantia dos direitos dos internautas.

Com a palavra concedida pela professora, inicio minha exposição perguntando aos estudantes o que vem à mente deles quando menciono o termo cidadania. Quase todos os estudantes estruturaram sua fala relacionando o termo a direitos. Avanço no debate fazendo referência ao Estatuto da Juventude, ênfase que foi a primeira legislação brasileira a assegurar o direito à comunicação e à expressão para o público juvenil. Conforme eles podem conferir na seção VII, a lei garante que “o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2013, p. 2).

Faço referência também à Terceira Conferência Nacional da Juventude, ocorrida entre 16 e 19 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, que destinou um Grupo de Trabalho para discutir as especificidades da comunicação na vida dos jovens brasileiros. De acordo com o relatório geral (BRASIL, 2015), as principais teses discutidas e referendadas pelos os jovens presentes foram: a) garantir a universalização do acesso à internet gratuita e de qualidade inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, por meio da expansão da infraestrutura de telecomunicações; b) democratizar a mídia por meio da modificação da legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance de transmissão igualitário das rádios comerciais; c) estabelecer uma política de fomento para as mídias alternativas – rádios,

TVs, plataformas virtuais, dentre outros meios – comprometidos com os grupos minorizados (comunidades rurais, mulheres, LGBTQs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc.).

Antes de adentrar o Marco Civil da Internet, faço referência ao artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988); e o inciso XII do mesmo artigo afirma que: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial” (BRASIL, 1988).

Com a popularização do acesso à internet no país, foi preciso regulamentar em lei os direitos e deveres dos internautas. Foi diante desse panorama que, em 2014, foi aprovada a lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que ficou conhecida popularmente como o Marco Civil da Internet. O percurso do projeto de lei no Congresso Nacional – que levou quase sete anos para ser aprovado – foi alvo de uma intensa disputa jurídica entre sociedade civil organizada e empresas de telecomunicações. Um dos pontos polêmicos da lei é o artigo XV, anexado ao projeto quando este ainda estava sendo analisado pelos Deputados Federais. O artigo determina que todos os provedores de internet em território brasileiro são obrigados a guardar por seis meses os acessos, aplicações e transações de seus clientes.

Para que a lei pudesse ser aprovada, na reta final, um tópico essencial sob o aspecto da soberania nacional foi retirado do texto: o artigo que regulamentava a localização de servidores das empresas transnacionais de comunicação como *Google* e *Facebook*. A proposta inicial obrigava essas corporações a manter em território nacional os servidores com os dados dos usuários brasileiros. Com os ajustes de redação na versão final da lei, os servidores ficaram autorizados a permanecer em solo estrangeiro.

Destaco também que é fato que o Marco Civil da Internet representa um avanço na medida em

que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários. Todavia, a redação legislativa está cercada de contradições. Um dos principais dilemas se dá entre transparência *versus* privacidade. De acordo com a lei, autoridade policial e Ministério Público poderão requerer informações de todos os internautas, bem como solicitar que o provedor guarde essas informações por tempo indeterminado. Tal artigo tem sido alvo de um intenso debate na academia, pois alguns pesquisadores consideram-no uma prática de vigilância. Entidades ligadas à sociedade civil têm se organizado para tentar derrubar esse item no Congresso Nacional, porém, até o presente momento, os ativistas não tiveram êxito.

Afirmo aos estudantes que a privacidade pode ser refletida sob o aspecto do direito, dos valores e da cultura. Desde 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU reconhece a privacidade como um direito; trata-se de um aspecto fundamental que habilita outros direitos.

João me questiona a razão de a polícia não fazer nada contra pessoas que expõem na internet fotos íntimas de outros usuários. Pelo que pude compreender, a indagação do estudante se referia ao compartilhamento de *nudes*.²⁰ Muitas vezes, uma pessoa que recebeu maliciosamente compartilha a imagem em algum ambiente informático público, sendo que o internauta vítima passa a sofrer assédio virtual.

Informo ao jovem que as instituições brasileiras ainda estão aprendendo a lidar com as especificidades da cultura digital. Na internet, tudo acontece de forma intensa e acelerada. Ademais, tudo que um usuário faz nos ambientes virtuais fica registrado e tem consequências. Cito como exemplo os dez internautas que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina denunciou ao Ministério Público por difundirem nas redes sociais boatos inverídicos que as urnas eletrônicas estariam fraudadas.

Após a minha exposição sobre o Marco Civil da Internet, a professora passa a problematizar

com os estudantes algumas respostas que eles escreveram, referentes às suas percepções sobre a cultura digital. Tal atividade tinha sido desenvolvida nas semanas anteriores.

Ato VI – O que é realidade na era "zuckerbergiana"?

A professora inicia a aula apresentando um panorama do que a turma conseguiu avançar nos últimos dois meses, informa que é preciso concluir o roteiro do vídeo e definir as pessoas que irão narrar os textos produzidos colaborativamente. Conforme decisão da turma, nenhum estudante aparecerá na produção audiovisual; à medida que as narrativas se desenrolam, imagens relacionadas ao tema aparecerão na tela.

No segundo período de aula, enquanto uma parte da turma ficou envolvida com o processo de montagem do vídeo, outra parte se dirigiu ao estúdio da rádio da escola para captação das narrativas. A professora informou aos alunos que eu iria auxiliar nesta parte. Na rádio, para que o processo de gravação avançasse, foi preciso fazer vários ajustes no roteiro: muitas vezes o parágrafo a ser narrado foi escrito por outro colega, sendo que cada pessoa tem um estilo próprio de escrita e narração.

Enquanto o processo de gravação ocorre, observo uma estudante manuseando seu celular: estava lendo um texto sobre a série *Kiss Me First* (Netflix). Questiono o que ela está achando do enredo representado na produção. Ela me responde que é bem atual, em certa medida dialoga com o conteúdo que a professora de português está abordando no Projeto Cidadania Digital.

Questiono quantos episódios ela já assistiu. A adolescente me responde que na noite anterior assistira ao quarto episódio. Pergunto então, que fatores representados na série ela conseguiu relacionar com o conteúdo discutido nas últimas semanas em sala de aula. Ela responde que a série retrata um lado nebuloso das redes, onde as pessoas são forçadas a fazer coisas não muito boas para o bom convívio social.

²⁰ Fotos de pessoa nua.

Produzida originalmente pelo *Channel4* (emisora de televisão do Reino Unido), a série retrata a vida de adolescentes solitários, sem muita convivência social, alguns com sérios problemas de relacionamento com a família. A esses adolescentes resta o ópio fornecido pelo AZANA, um mundo virtual de tirar o fôlego, com avatares sensuais, metrópoles exuberantes e, é claro, muita violência: um lugar onde os usuários podem exorcizar suas fantasias e estar no controle de suas vidas. Ao longo da trama é possível encontrar algumas referências a *Black Mirror* e *The Matrix*.

A estudante me questiona se não achei a trama parecida com os episódios ocorridos no Brasil em 2017, que ficaram popularmente conhecidos como Baleia Azul, um jogo virtual que incentivava o suicídio de adolescentes. Afirmo que é possível fazer algumas conexões com os distúrbios psicológicos típicos que estamos enfrentando na era digital, todavia, outros dilemas são retratados na obra: vigilância, dependência virtual, uso e apropriação das tecnologias digitais.

Avanço na minha narrativa explicando para a estudante que não sabemos o que irá acontecer na segunda temporada, já exibida no Reino Unido. Mas algo que fiquei a refletir após assistir ao sexto episódio da primeira temporada foi que Adrian, ao hackear o sistema desenvolvido pela mãe – AZANA –, criando uma comunidade secreta, a *RedPill*, uma referência literal ao filme *Matrix*, talvez queira trazer à tona uma reflexão sobre o que é realidade na cultura digital, ou melhor, como a realidade é produzida.

Por trás da criação do sistema AZANA está um negócio bilionário. A empresa lucra duplamente, vendendo licenças bem como os dados dos usuários. Na trama há um conflito, não muito detalhado na primeira temporada, entre Adrian e sua mãe. Talvez o verdadeiro interesse do personagem seja encontrar um jogador que possa destruir ou tirar a plataforma do ar. Será preciso acompanhar se os próximos episódios irão confirmar minha suspeita.

Dani Black entra na conversa, observando

que normalmente a ficção científica retrata as tecnologias de forma demoníaca e me questiona se isso não seria uma conspiração ideológica para que as pessoas deixem de comprar computadores e celulares. A indagação do discente provoca risadas intensas nos colegas. Observo que todos os alunos deixaram a atividade de lado – gravação das narrativas – e estão atentos ao papo que se desenrolava.

Indago os adolescentes presentes se eles assistiram à *Série 1983* (Netflix). Ninguém conhecia. Afirmo que nesta produção é possível observar como a convergência digital é utilizada para manter um regime comunista totalitário que ficticiamente se passa na Polônia. O grande inimigo do partido é a globalização, então é preciso manter os habitantes em bolhas. No enredo, a população não é impedida de falar ou dar a sua opinião sobre determinado assunto, ao contrário, o regime está muito interessado sobre o que os "patriotas" pensam; para isso, oferece artefatos tecnológicos de ponta gratuitamente à população.

Democracia vs. autocracia, transparência vs. vigilância, história vs. narrativas construídas por dirigentes autocráticos são alguns dos dilemas que se desenrolam na série. O partido é nobre e benevolente, os cidadãos são supostamente prósperos, livres e felizes. Mas, conforme o enredo avança em cada episódio, o telespectador constata que se trata de uma ilusão construída para a manutenção das assimetrias de poder do tirano que comanda a nação.

Outro estudante, sempre muito participativo nas aulas, me diz: "então não temos saída, estamos 'fodido' mesmo, somos protagonistas de uma versão renovada do *Admirável mundo novo*?" (Aluno C, informação verbal)²¹. Afirmo que tudo é uma questão de ponto de vista. *Mark Zuckerberg* criou o *Facebook* com o propósito de eliminar a solidão. Quando estava na universidade estudando programação, imaginava ser possível criar uma sociedade na qual as pessoas não precisassem ficar só em nenhum momento. Seu pressuposto

²¹ Depoimento do Aluna C concedido ao pesquisador Valdeci Reis durante uma observação em sala de aula, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil, no dia 18 de novembro de 2018.

era que a ubiquidade, ou seja, estar sempre conectado interagindo em rede, era a chave para tornar as pessoas mais felizes.

O que precisamos refletir é se a felicidade "zuckerbergiana" construída na visibilidade das telas não está se transformando em mecanismos de controle. Hoje, é inegável que algumas informações estão muito mais acessíveis, mas isso é suficiente? A cultura digital não apresenta nenhuma contradição? Como podemos superar esses dilemas? "*A realidade não existe mais, vivemos em um mundo pós-real fruto da conexão entre tecnologias inteligentes e sociedade do consumo*", esta é a revelação que *Morpheus* faz ao protagonista *Neo* ao mostrar uma terra arrasada pelo conflito entre humanos e máquinas no primeiro filme da trilogia *The Matrix*

Um silêncio sepulcral impera no estúdio da rádio. Avanço na minha narrativa observando que, em pelo menos três episódios da primeira temporada da série *Kiss Me First*, há referências literais à trilogia *The Matrix*. Se na produção da década de 90 do século passado a "pós-realidade" era construída a partir de uma simulação interneural criada pela *Matrix*, na produção britânica de 2018, *Adrian* cria a pilula vermelha dentro do sistema *AZANA* e busca os jogadores que estejam preparados para conhecer a "verdadeira realidade". Será preciso aguardar a próxima temporada e conferir se *Leila* irá desvendar todos os simulacros e simulações para alcançar "o deserto do real" (BAUDRILLARD, 2006).

Olho no relógio e percebo que o horário já avançou sobre a disciplina de ciências. Informo que é preciso encerrar a atividade, retornaremos na semana seguinte. Ao sair do estúdio da rádio, informo ao estudante que mencionou a obra de *Aldous Huxley* – *Admirável mundo novo* – que se ele gosta de literatura, indico o romance de *George Orwell*: *1984*. O livro oferece ótimas metáforas para reflexão sobre os dilemas em torno da privacidade. Atualmente, muitos engenheiros do Vale do Silício advogam que a transparência total é um fato irreversível. Segundo algumas aná-

lises,²² tal tendência contribuirá para a formação de uma sociedade mais tolerante, pois se todo mundo sabe que o internauta *y* é homossexual, por exemplo, isso deixa de ser um tabu. Episódios como a greve dos caminhoneiros no Brasil, *Ku Klux Klan* (EUA) e *Brexit* (Reino Unido) têm demonstrado uma tese contrária: a exacerbação do discurso do ódio e da intolerância.

Considerações finais

A turma de nono que acompanhei nesta etnografia veio a concluir a produção audiovisual somente na segunda semana de dezembro de 2018. Mas, para além de um produto final do projeto interdisciplinar, as reflexões éticas e estéticas tecidas enquanto os alunos desenvolviam o roteiro do filme são os dados etnográficos mais significativos que a pesquisa conseguiu constatar.

Este artigo defende a tese que, diante das transformações profundas que as tecnologias ubíquas vêm provocando nos modos de comunicação, produzir e receber informações, a educação é um elemento essencial para que o jovem infonauta possa desenvolver habilidades de interrogar e desafiar as representações preconceituosas, extremistas, bem como as violências simbólicas tecidas nas redes sociais digitais. Sobretudo, na educação básica, é preciso desenvolver processos formativos éticos, capazes de conduzir o educando à reflexão do conjunto de hábitos, que formam os valores necessários ao convívio social.

Análises de agências multilaterais econômicas consideram que, em uma sociedade interconectada por redes, estar incluído digitalmente é essencial para a garantia do bem-estar social, um elemento indispensável para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades regionais (BANCO MUNDIAL, 2016). Um dos resultados que esta etnografia traz à tona é que, diante das assimetrias de poder embutidas nas tecnologias digitais, se um usuário não consegue refletir a dimensão ética, estética e política das interações que tece nos ambientes virtuais, este internauta acaba se

²² Uma excelente discussão sobre o assunto pode ser conferida na obra do historiador britânico *Andrew Keen* (2012).

tornando um simples consumidor do capitalismo mundial integrado. Uma nota etnográfica na seção anterior, onde os estudantes expressam apreensão com a possibilidade de um “hacker comunista” alterar o resultado da eleição presidencial de 2018, evidencia o desafio em lidar com a desinformação na era da ubiquidade.

Por fim, destaco a potência dos estudos antropológicos para compreender as sociabilidades juvenis vivenciadas na escola e mediadas por tecnologias digitais. Apoio-me na análise da antropóloga Mariza Peirano (2014) para afirmar que etnografia não é apenas método, mas também produção epistemológica. Para a autora, o fazer etnográfico é o meio pelo qual as teorias se desenvolvem e evoluem quando desafiam as verdades estabelecidas pelo senso comum no confronto entre a teoria que o etnógrafo leva para o campo de pesquisa e a observação entre os sujeitos que estuda. Reconhece que uma etnografia nos espaços urbanos (ou educativos) é muito diferente das etnografias clássicas desenvolvidas com os indígenas nas primeiras décadas do século XX (PEIRANO, 2014).

Diante de tal perspectiva antropológica, o diário se torna um protocolo constitutivo do fazer etnográfico, uma das partes mais expressivas no processo de construção dos dados da pesquisa.

É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas. É o diário por fim que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise (WEBER, 2009, p. 168).

O diário não se trata do relatório de pesquisa a ser publicado em periódico científico, mas sim um conjunto de narrativas descritivas, muitas vezes contendo situações autobiográficas vivenciadas no campo de pesquisa. Informações preciosas que ajudarão o etnógrafo na análise das percepções do grupo observado, um exame crítico para verificar se os objetivos propostos no projeto de tese foram cumpridos, bem como uma avaliação geral do percurso etnográfico realizado.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.

BANCO MUNDIAL. **World development report 2016: Digital dividends**. Washington: Banco Mundial, 2016.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D' Água, 2006.

BLACK Mirror: terceira temporada. Direção: Bryn Higgins, Carl Tibbetts, Owen Harris. Roteiro: Charlie Brooker. Reino Unido, 2016, Netflix.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 5 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 5 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em: 6 dez. 2018.

BRASIL. **Terceira Conferência Nacional da Juventude**: Relatório Final. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BECKER, Kyene. Manuela D' Ávila veste camiseta com a frase “Jesus é Travesti” em foto. Política. In: **Boatos.org**. [S. l.], 3 out. 2018. Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/manuela-davila-jesus-travesti.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: SENAC, 2003.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 41-47. (Coleção Tinta Vermelha).

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha).

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Tradução de Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KEEN, Andrew. **#VertigemDigital**: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KISS me first: primeira temporada. Direção: Bryan Elsley. Reino Unido, 2018, Netflix.

MACEDO, Fernanda Beatriz Ferreira de. **"Falando a gente encontra a solução"**: Estudo de caso sobre a percepção dos alunos e alunas participantes do Projeto Crimes Virtuais. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. "Tema, método e objetivo desta pesquisa". In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1976. p. 17-34.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. "A abordagem etnográfica na investigação científica". In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

ROSISTOLATO, Rodrigo. "Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!": uma análise etnográfica da formação de professores. **Pró-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 41-54, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200004>.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: representações na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

THE MATRIX. Direção: Lilly Wachowski, Lana Wachowski. Austrália/EUA, 1999, DVD (2h 16min).

TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Brasil, 1967. DVD (1h 48min).

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

1983: primeira temporada. Direção: Joshua Long, Maciej Musiał. Roteiro: Frank Marshall, Robert Zlotnowski. Polônia, 2018, Netflix.

Valdeci Reis

Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, SC, Brasil. Coordenador de Publicações no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em Florianópolis, SC, Brasil.

Endereço para correspondência

Valdeci Reis

Universidade do Estado de Santa Catarina

Av. Me. Benvenuta, 2007, sala 106

Itacorubi, 88035-001

Florianópolis, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.